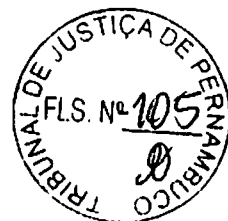




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



178

**HABEAS CORPUS Nº 0192085-0**

IMPETRANTES: Béis. Fabíola Maria Pereira Barcelos e Arion Mendonça de Albuquerque Neto

PACIENTE: Severino Marques dos Santos Filho

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* PREVENTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO QUE IMPÕE A OBSERVÂNCIA A MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA SOB PENA DE DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO CONTRADITÓRIA. OCORRÊNCIA. LIMINAR CONFIRMADA. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. É patente a contradição que se verifica nos fundamentos que lastreiam a decisão guerreada, pois, ao mesmo tempo em que determina ao paciente que mantenha uma distância mínima de 200 (duzentos) metros da sua esposa, como também de não freqüentar os mesmos lugares que freqüentam esta e o filho do casal, sob pena de decretação de prisão preventiva, o Exmº Magistrado prolator da decisão entendeu por não determinar o afastamento do paciente do lar conjugal.

2. O paciente encontra-se na iminência de ver a sua prisão preventiva decretada, vez que constatada a impossibilidade de cumprimento da decisão.

3. Liminar Confirmada. Ordem concedida. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

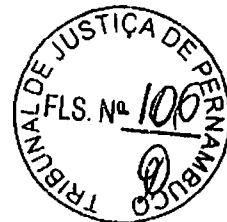
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0192085-0, em que figuram como impetrantes os Fabíola Maria Pereira

Immm

*[Assinatura]* 5



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**



**179**

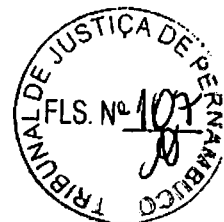
Barcelos e Arion Mendonça de Albuquerque Neto, e como paciente Severino Marques dos Santos Filho, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de dezembro de 2009, por decisão unânime, em conceder a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 09 de dezembro de 2009.

  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



180

**HABEAS CORPUS Nº 0192085-0**

IMPETRANTES: Béis. Fabíola Maria Pereira Barcelos e Arion Mendonça de Albuquerque Neto

PACIENTE: Severino Marques dos Santos Filho

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

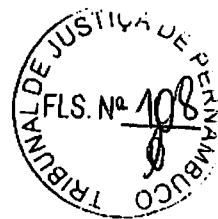
**RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus* preventivo, com requerimento de concessão de medida liminar, impetrado pelos Advogados Fabíola Maria Pereira Barcelos e Arion Mendonça de Albuquerque Neto, em favor de Severino Marques dos Santos Filho, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe/PE, juízo perante o qual tramita o processo nº 246.2009.001105-0, em que foram determinadas medidas protetivas de urgência, a serem cumpridas pelo paciente, sob pena de ser decretada a sua prisão preventiva.

Noticiam os impetrantes que a decisão exarada pela autoridade apontada como coatora, que deferiu a representação da autoridade policial formulada no processo acima referido, no sentido de aplicar medidas protetivas de urgência em favor da esposa do paciente, Sra. Roseli Prado dos Santos, nos termos do art. 22, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006, determina o impedimento de o paciente se aproximar da ofendida por distância inferior a 200 (duzentos) metros, de efetuar contato com a vítima ou com seus familiares por qualquer meio de comunicação, de frequentar os mesmos lugares que a sua esposa e o filho do casal frequentam, bem assim visitar este último, sob pena de lhe ser decretada a prisão preventiva.

Aduzem que a medida vergastada se encontra eivada pelo vício da nulidade, em face da patente contradição que se verifica nos fundamentos que a lastreiam, vez que ao mesmo tempo em que determina ao paciente que mantenha uma distância mínima de 200 (duzentos) metros

limin



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

181

da sua esposa, como também de não freqüentar os mesmos lugares que freqüentam esta e o filho do casal, o Exmº Magistrado prolator da decisão admite não haver suporte a determinar o afastamento do paciente do lar conjugal, ressaltando que seria prematuro deferir tal pleito na oportunidade, vez que o mesmo é objeto, também, de apreciação em Ação de Separação Judicial, que tramita perante o Juízo Cível.

Alegam os impetrantes que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão da iminência de ver decretada a sua prisão preventiva, vez que se permanecer em sua residência, juntamente com a sua esposa, como autorizado pela autoridade apontada como coatora, indubitavelmente irá o paciente descumprir a medida protetiva imposta de manter distância mínima de 200 (duzentos) metros da sua esposa e do filho do casal.

Requereram, liminarmente, a expedição de salvo conduto, e, ao final, pugnam pela confirmação da liminar concedida.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 11/30.

**Decisão Interlocutória, às fls. 37/39, deferindo o pedido de liminar.**

Às fls. 52/57, constam informações prestadas pelo Exmº Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe/PE.

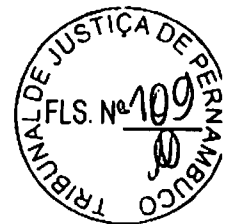
Em parecer de fls. 61/64, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, opinou pela **concessão** da ordem.

Através do despacho de fls. 67, solicitei informações complementares à autoridade dita coatora, bem como determinei que se oficiasse o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Camaragibe/PE, para que prestasse informações acerca da Ação de Separação Judicial, que figuram como partes o paciente e sua esposa, processo nº 246.2008.002155-9, noticiando se houve a determinação de alguma medida protetiva ou se já houve a separação de corpos.

2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**



182

Informações complementares às fls. 73/75.

Retornados os autos à Procuradoria de Justiça, a Exm<sup>a</sup> Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, requereu a reiteração do ofício expedido para a 2<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Camaragibe/PE (fls. 79/80), o que foi por mim determinado no Despacho de fls. 87.

Às fls. 95, consta ofício expedido pelo Exm<sup>o</sup> Juiz da 2<sup>a</sup> Vara Cível da Comarca de Camaragibe/PE, de onde se extrai a informação que nos autos da Ação de Separação Judicial em que figuram como partes o paciente e sua esposa, não foi determinada nenhuma medida protetiva.

Cota da Procuradoria de Justiça, representada pela Exm<sup>a</sup> Procuradora de Justiça Convocada Dra. Maria Helena de Oliveira Luna, ratificando o Parecer de fls. 61/64, pela concessão da ordem.

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, alegam os impetrantes que o paciente sofre ameaça de constrangimento ilegal na sua locomoção, vez que se encontra na iminência de ser preso preventivamente, em razão da impossibilidade de cumprimento da decisão prolatada pela autoridade apontada como coatora, que determinou ao paciente que cumprisse as medidas protetivas de urgência impostas em favor da Sra. Roseli Prado dos Santos, nos termos do art. 22, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sob pena de ser decretada a prisão preventiva do mesmo.

Segundo os impetrantes, a referida decisão é impossível de ser cumprida, pois se encontra eivada do vício de nulidade, em face da patente contradição que se verifica nos fundamentos que a lastreiam.

Pois bem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

183

É sabido que o deferimento de pedido de salvo conduto em *habeas corpus* preventivo, pressupõe a demonstração de provas mínimas que comprovem a ameaça de constrangimento ilegal.

Compulsando os autos, tem-se que assiste razão aos impetrantes ao insurgirem-se contra a decisão prolatada no processo nº 246.2009.001105-0.

É que a referida decisão é impossível de ser cumprida, vez que ao mesmo tempo em que determina ao paciente que mantenha uma distância mínima de 200 (duzentos) metros da sua esposa, como também de não freqüentar os mesmos lugares que freqüentam esta e o filho do casal, sob pena de ser decretada a sua prisão preventiva, o Exmº Magistrado prolator da decisão entendeu por não determinar o afastamento do paciente do lar conjugal.

Tal determinação é evidentemente conflitante, o que impede o paciente de cumprí-la, pois é impossível que permaneça sob o mesmo teto que a sua esposa e que o filho do casal, e ao mesmo tempo mantenha distância mínima de 200 (duzentos) metros dos mesmos.

Assim, vislumbra-se que o paciente se encontra na iminência de ver decretada sua prisão preventiva, ante a impossibilidade de cumprir determinação judicial evidentemente contraditória, sendo imprescindível, portanto, que seja confirmada a concessão da liminar com a conseqüente expedição em definitivo do salvo conduto.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela concessão da ordem, confirmando-se a liminar anteriormente concedida.

É como voto.

Recife 09 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator